

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO: Trânsito condicionado na Estrada da Mata

A Estrada da Mata (M511), entre Vila Real de Santo António e Monte Gordo, está novamente condicionada ao trânsito automóvel, agora até ao final deste mês de janeiro, para a conclusão da última fase da obra POVT, localizada junto ao Parque de Campismo de Monte Gordo.

Refira-se que devido à época festiva vivida recentemente, a via foi temporariamente aberta de forma a não prejudicar as comemorações do Natal e do Fim de Ano, tendo em consideração a afluência de turistas e visitantes.

Até final do mês, o acesso a Monte Gordo será apenas efetuado pela EN125 (exceto o acesso ao Hotel Dunamar, à praia do Coelho e ao Parque de Campismo). As ciclovielas e os percursos pedonais mantêm-se em funcionamento. A empreitada diz respeito à ligação final do novo sistema de esgotos de Monte Gordo, que "permitirá uma drenagem mais eficaz dos efluentes produzidos na vila", explica a autarquia.

Alcoutim atribui quota extraordinária à Odiana

O Município de Alcoutim aprovou, em reunião de Câmara, a atribuição de uma quota extraordinária de 12.000 euros para a associação Odiana, a qual será entregue em duas tranches de 6.000 euros.

Esta quota extraordinária tem como objetivo "assegurar os encargos com pessoal, permitindo que aquela associação sem fins lucrativos, progrida na sua missão de contribuir para o desenvolvimento económico, social, desportiva e cultural da região do Baixo Guadiana", explica o executivo liderado pelo socialista Osvaldo Gonçalves.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

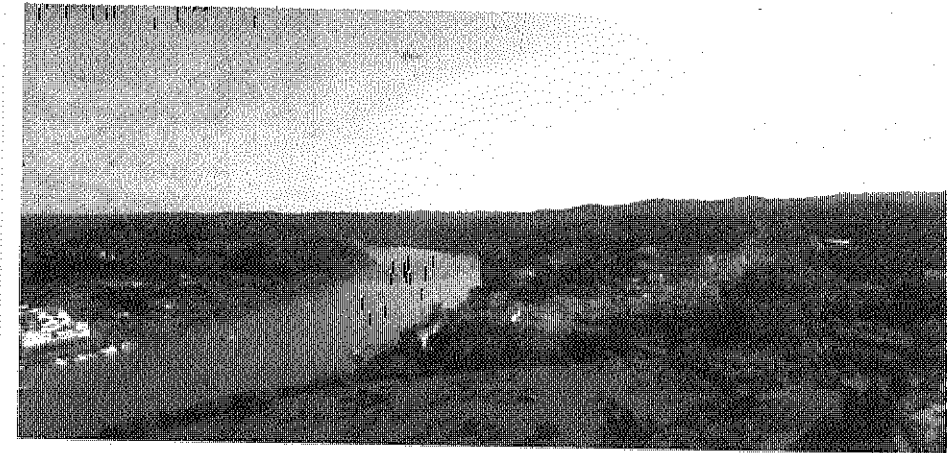
Aprovada redução da REN no concelho de Alcoutim

Processo tinha começado em 2013 e aguarda agora a respetiva publicação

A área correspondente à Reserva Ecológica Nacional (REN) foi reduzida significativamente no concelho de Alcoutim, concluindo um processo que tinha começado em 2013, e aguarda agora a respetiva publicação.

De acordo com a autarquia alcouteneja, ainda que estejam em causa regras e metodologias diferentes que resultaram das alterações legislativas, não sendo pois possível uma comparação direta e simples entre a anterior REN e a agora aprovada, a nova legislação "traduz uma clara redução das áreas do concelho abrangidas por este regime".

A REN foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de julho, com o objetivo de proteger os recursos naturais, especialmente a água e o solo, de salvaguardar processos indispensáveis a uma boa gestão do território e de favorecer a conservação da natureza e a biodiversidade, componentes essenciais do suporte bio-



físico do nosso país.

As características da abrangência da REN e a realidade do concelho de Alcoutim, levaram a câmara municipal a iniciar em abril de 2013 o processo de elaboração de uma proposta de revisão, que foi apresentada à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve e aprovada em novembro de 2015.

No decurso do processo foram consultadas as entidades relevantes da administra-

ção central do Estado, como a Direção Geral do Território, a Comissão Nacional da REN (agora incluída na Comissão Nacional do Território), a CCDR Algarve, e outras, tendo a proposta sido finalmente aprovada pela Comissão Nacional da REN e pela CCDR do Algarve.

"A Câmara Municipal de Alcoutim obteve assim a melhoria da delimitação da REN e garante a aplicação das boas práticas de ordenamento do território no seu território", fri-

sam os responsáveis autárquicos em comunicado enviado às redações. Os mesmos responsáveis sublinham ainda que o Município "utiliza todos os instrumentos de gestão territorial, garantindo a execução de obras de forma adequada a usos urbanos e à edificação, em prol do desenvolvimento de projetos inovadores e estruturantes para o sector do Turismo, para a Economia e para o crescimento sustentado do concelho".